

MANDATO XII
ATA Nº. 17/2020

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 24 DE JANEIRO DE 2020

*Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Braga, no Auditório do Centro de Juventude de Braga/Pousada de Juventude, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - O SR. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e três membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Hugo Alexandre Lopes Soares, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, José da Silva Pereira da Cunha, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, António Joaquim Tavares Fidalgo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de*

Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Emiliano Renato Araújo Novera, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Victor Bruno Machado Ferreira, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Rita Costa Pinto de Barros, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, Maria Ester da Silva Taveira, Manuel Jorge Costa Pires, José Ferraz, José Manuel Ferreira Gomes, Manuel Gomes de Oliveira, José Maria Machado Silva, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, José Maria de Oliveira Marques, Raúl da Silva Gomes, João Manuel Marques, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Manuel da Silva Dias, Carmindo João Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, João Lamego Moreira, Miguel António Carvalho Soares Caldas, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Dinis Filipe Gomes de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Hortense Lopes dos Santos, Maria Ester da Silva Taveira, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Maria Manuela de Freitas Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Fernando Manuel Martins Viana, João Diogo Fernandes Ferreira, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Ricardo Machado de Azevedo, Rafaela Araújo Couto*

Seara, Rafael Luís Clemente Ribeiro de Oliveira Ferreira, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Catarina Lourenço Ribeiro, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, José Pedro Gomes Bastos, Carla Maria da Costa e Cruz, João Jorge Ferreira Baptista e Paula Maria de Azevedo da Cunha. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado e Manuel Pereira de Faria. O **SR. PRESIDENTE DA MESA** informou que estava a presidir aos trabalhos, em substituição da Senhora Presidente que, por motivos pessoais e profissionais, não pode estar presente. Salientou, ainda, a existência de muito público, que com todo o gosto era recebido, lembrando, contudo, que não era permitida qualquer manifestação durante a Assembleia, com vista a facilitar os trabalhos daquela sessão. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DAS ATAS DO XII MANDATO NÚMERO QUINZE BARRA DOIS MIL E DEZANOVE, DE VINTE E OITO DE NOVEMBRO E NÚMERO DEZASSEIS BARRA DOIS MIL E DEZANOVE DE DEZASSEIS DE DEZEMBRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as atas do décimo segundo Mandato número quinze barra dois mil e dezanove, referente à sessão ordinária de vinte e oito de novembro e número dezasseis barra dois mil e dezanove, referente à sessão extraordinária de dezasseis de dezembro. Postas à votação foram as referidas atas aprovadas com uma abstenção. **PONTO NÚMERO DOIS – RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS EMPRESAS MUNICIPAIS - TERCEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZANOVE (PARA CONHECIMENTO)**. Para conhecimento da Assembleia Municipal,

apresentam-se os relatórios trimestrais de execução orçamental referentes ao terceiro trimestre de dois mil e dezanove das seguintes Empresas Municipais: TUB - Transportes Urbanos de Braga, E.M.; IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.; AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.; BRAGABABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.; Theatro Circo de Braga, E.M., S.A., que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO TRÊS – DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS DE RECRUTAMENTO DE CARGOS DE DIRETOR MUNICIPAL, DE DIRETORES DE DEPARTAMENTO E DE CHEFES DE DIVISÃO.** Submete-se à consideração da Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do artigo décimo terceiro da Lei número quarenta e nove barra dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, a designação dos júris de recrutamento dos seguintes cargos dirigentes: Diretor Municipal de Gestão, Diretor de Departamento Financeiro, Diretor de Departamento de Urbanismo, Diretor de Departamento de Obras Municipais, Chefe de Divisão do Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica e Chefe de Divisão de Educação. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com vinte e cinco abstenções.** **PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DA FÁBRICA CONFIANÇA.** Submete-se à consideração da Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta relativa à alienação da Fábrica Confiança, de acordo com a avaliação e caderno de encargos anexos à referida proposta, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. O Partido Socialista informou que iria ser projetado um vídeo relativo àquela matéria, em que constavam declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio e de outros intervenientes. Aberta a discussão, usou da palavra o Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL**

PEREIRA DE SOUSA, para dizer que o processo Confiança era um processo que deveria ser marcante para todos aqueles que olhavam para o plano municipal e que tantas vezes se queixavam de que os cidadãos assumiam comportamentos passivos, descomprometidos, desligados da realidade, pouco disponíveis para o debate e para a construção coletiva da sua terra. Foram muito poucas as vezes. E era natural que fossem poucas. Mas, por serem poucas, deveriam merecer de todos os atores municipais especial atenção. Foram muito poucas as vezes em que todas as forças políticas, num contexto de um órgão municipal, tinham visões comuns, em que todas as forças políticas, com visões muito diferentes para o desenvolvimento da cidade, olhavam e sentiam uma visão partilhada. Foi assim em dois mil e doze, quando a Câmara Municipal entendeu comprar o edifício da Confiança, quando a Câmara Municipal entendeu lançar um profícuo concurso de ideias para aquele espaço, com mais de oitenta propostas, para ocupação cultural, com indústrias criativas, com um conjunto de serviços para um novo paradigma de desenvolvimento estratégico do concelho, todos os partidos, todos sem exceção, aprovaram a compra da Fábrica e aprovaram que essa fosse utilizada para aquele fim. Hoje, estavam, lá, mais uma vez, naquela Assembleia, a discutir algo que não deveriam ter de discutir. Estavam, hoje, a discutir, naquela Câmara, a alienação de um edifício que a maioria das mesmas pessoas disseram ser estruturante, central, de primordial importância para a preservação da memória histórica e industrial do concelho e que, hoje, com um argumento financeiro, orçamental, mas sem nunca terem dado a abertura para a discussão de se encontrarem caminhos, de se procurarem soluções, de se ouvir a plataforma, de se ouvirem os cidadãos, de procurarem um conjunto de mecenas que poderiam a troco de poderem, também, ter espaços de valorização das duas marcas, das suas empresas, estarem disponíveis para investir num projeto que

poderia, como outros projetos, mudaram a face de muitos concelhos pela europa e pelo mundo fora, disponíveis para o fazer, também, com a Fábrica Confiança. Mas, apesar de esse ter sido um processo que uniu todos os partidos, que uniu e galvanizou a comunidade como há muito não se via no concelho de Braga, esta Câmara fez uma rotação de cento e oitenta graus, relativamente àquele processo e, hoje, vivia num frisson vendedor, num frisson de urgência, relativamente à Confiança, que chegava até ao ponto de, incrivelmente, haver responsáveis municipais, não políticos, que davam respostas a fornecedores da Câmara Municipal, pessoas que vendiam à Câmara Municipal bens e serviços, e que estavam há meses e alguns há anos à espera de receber os seus pagamentos e que a resposta era a Câmara estava à espera da venda da Confiança e como” a venda da Confiança não aconteceu, pedimos muita desculpa, mas não vos podemos pagar”. Imaginassem como era governar uma Câmara Municipal, quando se dizia que não e podia pagar algo, que dependia de uma receita extraordinária, que não estava consignada, que não se sabia se seria aprovada. “Que forma é esta de governar, de pensar o Município, de estruturar aquilo que é o órgão que a todos nos governa?”. Mas, o pior de tudo era, de facto, a coerência. A coerência era um valor que apreciava muito, porque era um valor que distinguia muito os homens e que definia muito bem os homens que se entregavam à causa pública e a forma como a ele se dedicavam e com ela se comprometiam. Coerência não era, naturalmente, dizer que “nós pensamos assim, mas mudamos”. Coerência poderia ser, concedia, dizer “nós pensamos assim, não há gavetas de fundos comunitários que nos permitam fazer a reabilitação deste edifício, como gostaríamos, mas vamos discutir, vamos ouvir, vamos procurar caminhos, se esteve tantos anos parada, pode estar mais um ou dois anos parada, até tentarmos em conjunto, todos, Câmara, Empresas, tecido social, tecido empresarial,

associações, a plataforma “Salvar a Confiança”, todos os partidos procurarem terreno comum para salvar algo que todos entendemos que era importante”. Mas, coerência, também, não era tentarem mascarar a venda da Confiança, dizendo que se trataria de uma residência universitária. E com isso, e porque essa, hoje, era uma preocupação que também a todos como cidadãos a todos devia unir, porque havia, de facto, muitos alunos deslocados que no quadro da explosão de preços, no contexto imobiliário, tinha, hoje, muitas dificuldades em encontrar em Braga habitação a custos decentes, que lhes permitisse estudar em Braga. E aquilo que Braga teve durante muitos anos que era o facto de ser um concelho polarizador dos concelhos mais pequenos à volta da capital de distrito, que as pessoas vinham para cá estudar e por terem um contexto de um parque empresarial que era comparado com a média nacional, mais barato, com mais oferta e que fazia com que essas pessoas se fixassem em Braga e aqui constituíssem a vida e aqui permanecessem e que, hoje, acabavam a universidade, queriam constituir família, queriam começar uma vida independente e havia e conhecia muitos, infelizmente, que eram lançados para procurar casa em Amares, em Vila Verde e noutros concelhos limítrofes. Essa era, sem dúvidas uma preocupação e a Câmara Municipal procurava, com a capa de uma residência universitária, que não o era, uma residência universitária tinha que ser, naturalmente, aprovada no contexto do Ministério da Educação, do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, do Conselho Nacional de Ação Social Escolar para o Ensino Superior, tinha regras muito próprias, tinha limites muito próprios no que dizia respeito às questões dos limites de preços a praticar, tinha regras de construção e de utilização de gestão de espaços comuns, tinha muitas coisas. E aquilo que estava, ali, a dizer e voltava à coerência, era tudo menos isso. Estavam a falar de fazer a reabilitação de uma fachada, com um pequeno

espaço museológico com quinhentos metros quadrados, para dizer que se iria preservar a memória histórica da Confiança, erguendo-lhe por cima um mamarracho com sete pisos à superfície e que mais não era uma exploração meramente comercial, que em nada respeitará e que em nada abonará em defesa dos valores patrimoniais, arquitetónicos, históricos, industriais daquele edifício, que merecia outro destino. Mas, havia mais. Como há pouco refletia o vídeo, aquele processo era ainda mais incrível, quando viam a própria Câmara, depois de ter jurado proteger aquele edifício e dar-lhe um destino que ajudasse a alargar, a dar caminho a um novo paradigma de desenvolvimento, que rompesse com a política do betão, que rompesse com a política do fachadismo do PS. Quantas vezes ouviu e quantas vezes até com alguma ponta de vergonha, em alguns casos muito específicos, cedeu aos argumentos de Miguel Bandeira, enquanto Presidente da ASPA. Quantas vezes, tantas vezes e com toda a franqueza, nem sempre no contexto dos partidos, conseguiam no contexto das organizações que tinham, também, dinâmicas internas, democracia interna, fazer valer as suas ideias, e quantas vezes ouviu fazer a discussão mais acertada fora do seu partido com Ricardo Rio, com Miguel Bandeira, com Firmino Marques, que eram, hoje, os mesmos, que durante anos se arrogaram como os grandes defensores da Confiança e eram, hoje, os seus coveiros, com um projeto que nada dignificava a Confiança e que nada dava ao futuro de Braga e do concelho, nos termos em que aqueles Senhores disseram que o fariam, nos seus sucessivos projetos eleitorais e contratos eleitorais com os Bracarenses. Ali bem perto havia excelentes exemplos. Poderiam ir para Londres, para Amesterdão, para Madrid, com o Matadero ou Centro de Criação Contemporânea, mas não precisavam de ir para tão longe. Aqui ao lado, a Companhia de Fiação de Crestuma, em Gaia, era um excelente exemplo daquilo que aquele edifício poderia significar para o

concelho de Braga. Aí realizava-se de dois em dois anos, talvez a mais eminente bienal de arte do norte do país, em Gaia, porque houve a responsabilidade de olhar para aquele espaço e de lhe dar a dignidade e o caminho que aquele espaço merecia, perspetivando tudo aquilo que ele poderia significar. Sem prejuízo de mais dali a pouco, até porque podiam intervir duas vezes sobre cada tema, colocar algumas questões, para que permitissem, pelo menos, na esteira daquilo que eram os documentos que lhes apresentaram, que lhes deixavam tantas, mas tantas dúvidas, dizer apenas uma coisa mais. De facto, o logradouro da Confiança, merecia ser um espaço verde, merecia que dezenas e dezenas de pessoas fossem respeitadas no seu espírito de contributo de criação das ideias para aquele espaço que produziram e das quais cinco ideias saíram vencedoras. Os partidos que se uniram em torno de uma causa comum e quão bom era quando os partidos conseguiam encontrar causas comuns. A sociedade civil que se mobilizou por uma causa nobre, por uma causa que fazia sentido, por algo que estava à vista de todos, que não era preciso tirar um curso a Londres ou a Nova Iorque, para perceberem que não tratar bem a Confiança era não tratar bem o nosso futuro coletivo, era desvalorizarem o concelho de Braga, era desvalorizarem a memória das futuras gerações. Bem sabia, já não tinha muita esperança, que o argumento que, hoje, o PSD e a maioria lhes fosse apresentar fosse outro que não o argumento financeiro. Mas, também se lembrava de em dois mil e treze, não estava no vídeo, mas era fácil de o replicar, estava no youtube, Ricardo Rio ter dito, que em dois mil e treze, após duas campanhas eleitorais, dois mil e cinco e dois mil e nove, e tendo ganho à terceira, em dois mil e treze, Ricardo Rio dizia que conhecia já em dois mil e treze, com oito anos de vereação, melhor as finanças e as contas da Câmara Municipal do que o próprio Presidente. E, portanto, ir, hoje, num tempo em que desbaratava dinheiro, num

tempo em como não se tivessem já uma extraordinária iluminação de Natal, se aumentava de um ano para o outro cem por cento, num tempo em que por não chegarem duas Noites Brancas se aumentava para três Noites Brancas, num tempo em que havia dia sim, dia sim, eventos, certames, feiras e mil e uma coisa mais, faltasse dinheiro, para aquilo que era verdadeiramente mais relevante e estruturante. “Não, meus Senhores. Não é uma questão de falta de dinheiro. É, sobretudo, uma questão muito clara de vontade política e de uma observação muito errónea e muito desajustada da nossa realidade, da realidade do concelho e daquilo que a todos nos deveria unir, como visão para o futuro da Braga que é de todos nós”, concluiu o mesmo Deputado. Seguiu-se a intervenção da **Sr.^a Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para salientar que: “Encontramo-nos, hoje, de novo, na repetição e na confirmação de um erro e de uma mentira. No erro de se insistir na alienação da Fábrica Confiança e na mentira das motivações desta maioria. Em outubro de dois mil e dezoito estivemos nesta assembleia a questionar a pressa em vender o último reduto do património industrial da cidade, de valor inestimável para a memória coletiva de várias gerações de bracarenses; que motivos poderiam levar os eleitos de um concelho a desprezar um património que é de todos, e contra a opinião de tantas vozes bracarenses que se ergueram na defesa da Confiança. Aliás, contra as suas próprias vozes no passado, como hoje viram no vídeo que encabeçou a intervenção do Partido Socialista, quando defenderam e se engajaram no processo de aquisição deste edifício, com o intuito de lhe dar um uso cultural e de o transformar num museu da cidade de Braga. Poderá esquecer-se o Sr. Presidente da Câmara do que disse para defender esta aquisição; mas nós não. Poderá esquecer-se o Sr. Presidente da Câmara que, já então, se sabia que depois de adquirido, o edifício necessitaria de obras de requalificação que dependeriam

de um encaixe financeiro generoso para poder ser utilizado e aberto à comunidade, mas nós não. Aliás, tivemos já oportunidade, por várias vezes, de alertar para a falta de intervenção no edifício por parte maioria desde a sua tomada de posse, em dois mil e treze, o que naturalmente significou permitir que ele se degradasse mais. Lembramos que foi, precisamente, este o principal argumento que PSD/CDS/PPM usaram em dois mil e dezoito para apressar a venda: o edifício estava a degradar-se e não havia forma, por falta de fundos comunitários, para assegurar a necessária intervenção no local. No entanto, temos que lembrar o Sr. Presidente que estávamos certos em outubro de dois mil e dezanove, numa outra sessão deste órgão, em que insistimos que a Câmara não tinha feito todos os esforços ao seu alcance e esgotado todas as possibilidades para conseguir financiamento para a reabilitação da Fábrica Confiança, ao contrário do que dizia. Insistiu, com teimosia, nessa mentira, embora pudesse ter recorrido ao PEDU, que serviu a para a requalificação do antigo PEB, e para o Mercado Municipal, mas o Sr. Presidente já tinha desistido da Fábrica Confiança. Como também poderia ter demonstrado interesse em procurar outros tipos de financiamento para a Confiança, como a possibilidade de recorrer a financiamento bancário - alternativa que tem servido, de resto, para outras áreas como a da mobilidade e que suportará, em grande parte, os investimentos do município este ano; mas já tinha vencido as eleições em dois mil e treze, e afinal já não precisava da Confiança. Insistiu, com teimosia, nessa mentira, de dizer que esta maioria decidiu vender a Confiança por falta de opções, quando na verdade quer, a qualquer custo, vender a Confiança por opção! Uma opção que nada tem a ver com o interesse público, com o interesse da cidade ou dos bracarenses. Uma opção que parece mais uma forma airosa de tentar esconder que, em dois mil e onze, esteve envolvido no negócio de aquisição por um custo acima do valor do

edifício, na altura das "vacas magras" do sector imobiliário, já que hoje, no meio de uma crescente valorização deste sector, o Sr. Presidente insiste também em repetir que, vendendo em dois mil e vinte pelo preço que comprou em dois mil e onze, o município não fica a perder! Quando na verdade está, sim, a beneficiar, de novo, um privado, por vender hoje mais barato, depois de ter comprado caro! Não pode esta maioria dizer que não houve e que não há iniciativa, ideias e objetivos para o edifício da Fábrica Confiança. Os bracarenses têm demonstrado, por mais do que uma vez, que querem usá-lo, dar-lhe vida e abri-lo a todos. Permitir que a reputação da marca Confiança viva no edifício da sua antiga Fábrica como até hoje e que nasçam naquele espaço novas formas de viver a identidade e a memória da história da cidade. Mas isso nunca acontecerá uma vez vendida a Confiança. Engana-se quem considerar que os quinhentos metros quadrados reservados no caderno de encargos para um museu "chegam e sobram" para salvar o uso cultural que serviu de objetivo à aquisição deste edifício municipal. A propósito do caderno de encargos, recordamos ainda a teimosia da maioria PSD/CDS/PPM, desta vez pela voz do Sr. Vereador Miguel Bandeira, em insistir que o que estava garantido em dois mil e dezoito era suficiente preservação do património material da Fábrica Confiança - embora não fosse muito mais longe do que a sua fachada. Não se ria Sr. Vereador, porque é verdade, era assim que estava...olhe que sim, escusa de tentar lembrar essa famosa frase, que não fica bem a pessoas que viram a cara, ao contrário de quem a proferiu a primeira vez. Ora hoje, em vias de ser classificado como Monumento de Interesse Público Nacional - processo da responsabilidade do empenho dos cidadãos bracarenses e do seu movimento associativo, diga-se, já que o património da cidade não pode contar com esta maioria municipal para nada - o novo caderno contempla bem mais do que o anterior. Mas esta proposta conta

também com um Pedido de Informação Prévia para a construção de um novo volume com sete pisos acima do solo no logradouro da Fábrica e que adianta já trabalho a quem a adquirir, favorecendo - uma vez mais! - o interesse de um privado, especialmente porque este PIP, podendo ser submetido por qualquer interessado, foi apresentado pela própria Câmara Municipal, às suas expensas, com recursos municipais e sendo que, ainda por cima, continuamos com muitas dúvidas que este PIP não desrespeite o PDM, já que não nos convence totalmente o parecer em que esta maioria se escuda da possibilidade de se alargar o conceito de "equipamento" a hotéis ou usos equiparados. De resto, parece-nos que acrescentar uma volumetria deste tipo numa zona já tão massacrada urbanisticamente é um erro acrescido, é a insistência nas políticas do passado, que outrora tanto criticaram os "Ricardos Rio" e os "Miguéis Bandeira" desta vida. Voltando ao essencial, que é a venda a privados de um património que é de todos: se esta maioria insistiu na mentira, até há bem pouco tempo, de que tudo tinha feito para procurar formas de financiar a reabilitação da Fábrica Confiança, hoje dá uma nova roupagem à proposta de alienação que aqui se vota. Afinal, a preocupação do Sr. Presidente não é já com as contas do município e com a suposta falta de financiamento, mas sim com os estudantes da Universidade do Minho! Refira-se que em momento nenhum menorizamos o que é, de facto, um problema crescente neste concelho, e que ultrapassa inclusive a falta de camas para estudantes, dados os custos absolutamente inflacionados do arrendamento em Braga. No entanto, sabemos que a única resposta possível e capaz de resolver este problema, como temos dito há vários meses, é a criação de respostas públicas, e não com a proliferação de residências privadas para estudantes, que nem sequer serão acessíveis à sua maioria. Mas esta é uma lição que custa a esta maioria entender. Acusam-nos, em todas as oportunidades, de ter preconceitos

com a iniciativa privada, no entanto, é esta maioria que tem uma obsessão pelos privados, a quem sempre favorece, e, mais do que um preconceito, um desrespeito absoluto pelas suas próprias responsabilidades máximas, as de defender o bem e o interesse públicos, responsabilidades que assumiram e que durante tantos anos tudo fizeram para assumir! Pois então assumam-nas de uma vez: defendam, por uma vez que seja, o bem público, defendam o património que é de todos e não se desfaçam dele! O que continua em causa com esta decisão não é resolver a falta de camas para estudantes em Braga; o que continua em causa com esta decisão não é, como diziam em dois mil e dezoito e em dois mil e dezanove, uma preocupação com o equilíbrio das contas da Câmara Municipal. Isto são as mentiras com que nos continuam a tentar convencer, agora com um novo peso moral: o de tentar enternecer-nos com o ato de boa-fé e de boas intenções da maioria PSD/CDS/PPM para com os estudantes da Universidade do Minho; ou, na falta de sucesso desta estratégia, tentar descredibilizar e calar as nossas vozes contra este negócio enfeitado. Pois dizemos-vos daqui, como os cidadãos vos dizem dali: não acreditamos nas vossas mentiras e não aceitamos que hipotiquem o futuro do nosso património com os vossos caprichos! Ainda que a arrogância com que assumem as vossas responsabilidades de eleitos para gerir esta Câmara Municipal não vos deixe admitir, a Confiança é nossa, como é nossa esta cidade. Não são da vossa exclusiva propriedade! O que hoje aqui ficará claro, com esta votação, mais do que a venda da Fábrica Confiança, é quem se vende e quem não se deixa comprar”. A palavra foi depois dada à Sr^a. **Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para destacar que: “É notável e digno de registo, pelo que, dizemos ao senhor Presidente da Câmara e respetivo executivo municipal, mas também a todos os cidadãos e cidadãs bracarenses, incluindo os senhores presidentes de junta, aqui presentes, o seguinte: Imaginem que o

cidadão Ricardo Rio, que ganhou com maioria absoluta e que considera isso um cheque em branco para fazer o que lhe apetece com a cidade, usava toda a energia, tenacidade, criatividade, diligência, perseverança e capacidade negocial para defender os verdadeiros interesses da cidade e do concelho e dos que nela habitam. Então os Planos de Mobilidade, habitação e ambiente, só para dar alguns exemplos, estariam, já para lá da fase do plano, em plena execução, ou mesmo em conclusão! Infelizmente, toda essa energia e dinamismo têm sido utilizados com o fim único de materializar a alienação de um bem patrimonial que é dos bracarenses, a Fábrica Confiança, paga a pronto com o dinheiro de todos, à data por um valor acima do de mercado, com o apoio do vereador do PSD, o atual presidente de câmara. Com tanta imaginação e criatividade, tenacidade e perseverança, se o problema é de liquidez, não podia já ter encontrado outras soluções que evitem a alienação de um imóvel em vias de classificação? Reparem Senhores Membros da Assembleia, caros concidadãos e caras concidadãs, que a alienação da Confiança em nada favorece a cidade de Braga e os seus habitantes, tão pouco resolve os problemas de tesouraria da Câmara Municipal; favorece, isso sim, os interesses privados num mero ato de venda especulativa. Um espaço em vias de classificação está prestes a ser alienado para que sejam construídos trezentos apartamentos arditosamente designados por "residência universitária". De facto, são apartamentos, supostamente para estudantes, num edifício de luxo, com sete pisos acima do solo e dois subterrâneos. Esta é a finalidade principal, secundarizando, senão abafando, por completo o edifício histórico. Deixamos, pois, dois motes à reflexão de quem está prestes a votar a venda do edifício que é o último vestígio arquitetónico da época industrial de Braga e para todos que nos ouvem nesta sala, uma vez que esta é das poucas assembleias municipais que não transmite as suas reuniões via internet: Primeiro: Não vimos tanta energia e

tenacidade na resolução do problema habitacional (por exemplo o Bairro do Picoto e o Plano Municipal de Habitação para candidatura ao Programa Primeiro Direito), o Plano de Mobilidade e o plano arbóreo, entre muitos outros. Segundo mote para reflexão: Toda esta perseverança, supostamente para resolver um problema de liquidez, representa, verdadeiramente, um negócio da China para o comprador. Compra barato, com a possibilidade de alienar o que lhe apetece, assim realizando mais-valias, logo no dia seguinte, e até vender os ditos alojamentos como apartamentos isolados. É assim que Dr. Ricardo Rio pretende defender o património da nossa bimilenar cidade? Senhor Presidente, faça aquilo para que foi mandatado pelos bracarenses: aplique toda a sua energia, criatividade, proatividade, perseverança e persistência, como servidor público transitório, defensor do bem comum, e deixe a Confiança na esfera municipal. Não queira escrever esta página trágica desta tão martirizada e vilipendiada cidade. Deixe de ser agente imobiliário, para o qual, aliás lhe reconhecemos jeito, e dedique-se a melhorar a vida dos que habitam no conselho. Repetimos, deixe a Confiança para todos os bracarenses e para quem a quer estimar e preservar; que se orgulha do seu património classificado, e que quer dar o melhor uso que pode ter naquela zona da cidade. Faça o favor de servir o bem comum, pois foi para isso que foi eleito, dialogue e seja democrata. Fica, ainda, um alerta a todos a e a todas que aqui, hoje, vão votar: As maiorias absolutas, e já todos o aprendemos, por vezes da pior maneira, representam cheques em branco a quem ganha as eleições. Não são duas linhas num programa que legitimam decisões arbitrárias como a que aqui nos traz hoje, disparatada e, o mais grave, que representa mais um atentado ao património, à História e à memória da cidade de Braga e de quem nela habita. Recordamos a todos os presentes que o processo não está concluído e que o dossiê de cento e oitenta

*páginas que chegou às nossas mãos está cheio de zonas nublosas quanto à salvaguarda do edifício. Sabemos quão difícil é hoje corrigir tantos erros do passado, cometidos não obstante os alertas de cidadãos interessados e informados. Infelizmente, não aprendemos com os erros e deixamos em roda livre autarcas e seus apoiantes que apenas veem o interesse privado, o lucro fácil e o favor a clientelas de índole, no mínimo duvidosa. No fundo dando aparência de interesse público, ou mesmo qualificando como tal, meros interesses privados, pessoais ou de grupo. Todos somos livres de utilizar o voto que nos foi conferido da forma que entendamos estar de acordo com a vontade dos munícipes que nos elegeram. Mas, uma coisa é certa, alguns de nós serão recordados por tudo o que fizeram para salvar o património da cidade de Braga, neste caso a Fábrica Confiança; outros serão apontados como cúmplices na sua alienação e desqualificação. A Confiança é nossa”. Interveio posteriormente o **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, que disse: “O governo da geringonça NUNCA atribuiu fundos comunitários para a reabilitação do edifício da fábrica CONFIANÇA, conforme pretendia a Câmara de Braga. E continuou a não atribuir numa segunda fase, aquando da reprogramação do atual quadro comunitário de apoio, conforme insistiu o município. Aliás, só os mais distraídos é que não reparam nas sucessivas declarações públicas feitas em dois mil e dezasseis-dois mil e dezassete pelo Presidente da Câmara. Nesse tempo, Ricardo Rio já protestava e alertava que, face à não disponibilidade dos fundos comunitários ou de outras fontes de financiamento adequadas, ter-se-ia de equacionar a alienação do edifício. Conforme alguns pretendem fazer esquecer, a possibilidade da recuperação da Fábrica Confiança esteve sempre ligada ao seu financiamento através de dinheiro europeu. O anterior Presidente da Câmara Municipal socialista sempre disse o mesmo. Mesquita Machado, expressa e*

publicamente, disse o seguinte em dois mil e onze: “A requalificação do edifício vai ser alvo de uma candidatura ao QREN. De outro modo não avançávamos com este investimento”. Basta consultar vários jornais da época, como o Correio do Minho de vinte e cinco de novembro de dois mil e onze, para confirmar isto mesmo. Por outro lado, já Ricardo Rio, então vereador da oposição, considerava a necessidade da obtenção dos fundos comunitários para a recuperação do Edifício. Qual foi a atitude dos partidos da oposição em Braga? Nunca, mas mesmo NUNCA, se uniram aos esforços do nosso executivo municipal, para influenciarem o governo a tomar outra posição. Nunca insistiram, nunca pressionaram o Governo! Nunca!!! Onde estavam também, nessa ocasião, os senhores deputados da geringonça que no Parlamento suportavam o governo? É certo que se deslocaram à Fábrica Confiança. Mas também é certo que só o fizeram passado uns anos e ofereceram uma mão vazia, cheia de nada, a não ser show off. Apenas à beira das últimas eleições legislativas, é que alguns deputados socialistas e comunistas, vieram, após cerca de quatro anos, solicitar timidamente ao governo verbas para reabilitar o edifício! Vieram - finalmente, mas tardiamente - dar razão à posição da Câmara Municipal. Mas foi voz que caiu em saco roto! Por outro lado, os partidos, ou qualquer grupo de cidadãos que se opõem à venda da Confiança, não propuseram, em alternativa, um credível plano duradouro de atividades culturais. E muito menos fizeram acompanhar esse eventual plano de um sólido e sustentado programa financeiro, com indicação clara das fontes de financiamento e de custos. Alguém, em termos públicos, conhece algum plano deste tipo com números concretos? Por outro lado, o anterior proprietário já tinha entregue o edifício num estado total de degradação. Só quem não conhece o seu estado atual, é que pode levianamente pensar, que com umas pinturas e umas obrinhas, se poderia utilizar a Fábrica Confiança.

Não! Todos os edifícios estão degradados, considerados ruínas e em elevado estado de decomposição e de insegurança, como o Ministério da Cultura EXPRESSAMENTE também confirma. A derrota de TODAS as providências cautelares – usadas oportunisticamente – espelham a leviandade dos argumentos por parte daqueles que se opunham à venda do imóvel! Poder-se-á, no entanto, perguntar, se valeu a pena gastar três vírgula cinco milhões de Euros na compra do edifício, já que não é possível a obtenção de fundos comunitários para o recuperar. Claro que valeu a pena!!!! A resposta é claramente positiva: Só a compra do imóvel em dois mil e doze e a sua venda agora, com as atuais rígidas condições, é que o poder municipal conseguiu preservar: a história da fábrica Confiança, a sua memória industrial, a sua arquitetura, a reposição do existente, a sua fruição pública, bem como a regeneração da zona envolvente. Tudo isto seria impossível se o edifício da CONFIANÇA se mantivesse, desde sempre, em mãos privadas. Além disso reverte para o erário público o montante gasto com a sua compra. Por outro lado, com esta solução municipal, é possível também diminuir uma lacuna sentida hoje em todo Portugal que afeta famílias, que afeta os nossos jovens, estudantes e o desenvolvimento da Universidade do Minho. Refiro-me ao elevado custo do alojamento universitário. É em pleno consolo do governo desta geringonça – agora sem papel – que se pagam custos ASTRONÓMICOS, para quem necessitar de estudar fora da cidade onde vive. Nunca em Portugal os estudantes pagaram tanto, NUNCA foi tão difícil, do ponto de vista financeiro, estudar na universidade. Assim, a criação de residências universitárias pela iniciativa privada, é algo de muito salutar para o pleno desenvolvimento da comunidade bracarense. E mais importante tem nestes tempos, onde o governo não constrói residências universitárias, como é sua obrigação. E não se venha como o argumento, leviandamente levantado por

alguns, que o custo será elevado para os estudantes. Além de não haver nenhuma fundamentação para esse argumento, NUNCA como agora esses custos foram tão altos. Aliás, é através da concorrência que os custos baixam e a qualidade de serviço aumenta, numa salutar economia de mercado. É por isso que o grupo parlamentar do PSD vê com muito bom grado o apoio que este executivo municipal está a dar, para a criação em Braga de mais residências universitárias por parte da iniciativa privada, como desejamos que aconteça. Não é com os “amanhãs que cantam “ou a cantar a Grândola Vila Morena que se resolve o problema. Os distraídos de sempre é que voltaram a não reparar que Ricardo Rio em campanha eleitoral previa a possibilidade da venda da CONFIANÇA. Está na página dezasseis do seu programa eleitoral que diz assim: “Análise sobre o futuro da antiga Saboaria e Perfumaria Confiança, tomando uma decisão definitiva sobre as suas oportunidades de reabilitação ou a sua alienação ... (mas sempre com a salvaguarda dos valores arquitetónicos e a criação de núcleo museológico da fábrica original)”. Assim sendo, este executivo municipal propôs a alienação da Fábrica Confiança em Hasta Pública. Estabeleceu um rigoroso caderno de encargos, onde está incluída uma também a rigorosa e pública avaliação TÉCNICA do valor do imóvel. Além disso, foi estabelecido um Pedido de Informação Prévia que condiciona fortemente, o futuro licenciamento para reabilitação e restauro de todo o imóvel. O restauro, reabilitação e reconversão do edifício, garante as características de construção originárias. Será garantido também as características arquitetónicas e patrimoniais de acordo com a traça primitiva. Será preservada a memória da antiga chaminé com soluções criativas e contemporâneas, saídas de um concurso de ideias. Como disse publicamente o Vereador Miguel Bandeira, este projeto tem contornos de restauro e reabilitação e chega até a aspetos que a degradação do estado atual do edifício não é capaz de

demonstrar. O edifício principal será de fruição pública com a criação do Museu da Fábrica num espaço de quinhentos metros quadrados, área de restauração e bebidas, residência universitária e respetivas áreas de apoio e uma área de comércio complementar. Todas as intervenções no subsolo serão subordinadas às condicionantes arqueológicas, podendo até originar a alteração do projeto. Isso poderá ser necessário para a proteção da memória e do espaço à Via Romana dezassete e conservar nos locais eventuais vestígios arqueológicos. O edifício onde será construída a Residência Universitária, com trezentas unidades, está separado do Edifício Principal através da recuperação da Rua do Pulo. Não interfere com o edifício principal, tem uma volumetria independente, é de uma arquitetura contemporânea, suspenso, com implantação diminuta no solo. Pode-se passar por baixo do novo edifício podendo ser visto o antigo edifício da fábrica já preservado. Haverá um amplo espaço ao ar livre, ajardinado e arborizado, podendo ser utilizado para espaços culturais ou outros eventos públicos. Eventos públicos esses que poderão também ocorrer em recinto fechado. Como referiu publicamente Miguel Bandeira há um compromisso entre a modernidade e a preservação da memória, integridade, identidade e testemunho do edifício. A aprovação do Ministério da Cultura é total. Aprovação reforçada a vários níveis, quer da Direção Geral da Cultura, quer do Conselho Nacional de Cultura. O do Conselho Nacional de Cultura é o órgão ao mais alto nível de aconselhamento sobre os objetivos da política cultural do governo. Além do mais, como é do conhecimento de todos, está a decorrer o processo de classificação do edifício da Confiança como um monumento de interesse público nacional. Esta classificação é dada pelo Conselho Nacional de Cultura e este mesmo Conselho deu parecer positivo e até muito elogioso ao presente projeto da Câmara Municipal. Ou seja, a mesma entidade que procederá à classificação do edifício da Confiança, como

monumento de interesse público nacional, já aprovou a atual proposta do Município. Não há dúvidas nenhuma, portanto, sobre a pertinência desta proposta municipal, para salvaguarda deste importante ativo de Braga. Acabo esta intervenção, com as próprias palavras da Senhora Secretária de Estado da Cultura no Parlamento, dirigidas à senhora deputada do Bloco de Esquerda Alexandra Vieira e distinta deputada municipal: “As entidades com tutela no acompanhamento destes procedimentos estão cientes e conscientes dos valores que são necessários preservar”. Assim, o grupo parlamentar do PSD, saúda todo o trabalho encetado por este executivo municipal – e em especial pelo seu Presidente - na defesa da Fábrica Confiança. Votaremos favoravelmente, pelos motivos expostos, esta proposta do executivo municipal”. **O Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, interveio, para referir que a decisão de vender a Fábrica Confiança, só por si, tinha alguma coisa de trágico. Mas, a forma como aquela decisão tinha sido mantida, dava ideia daquele ditado popular, antigamente a Câmara conduzia aquele processo como se “cães ladrassem e a caravana vai passando”. Aquela teimosia em não dialogar com as forças vivas da cidade e, depois, ir, ali, o Sr. Deputado do PSD, Joaquim Barbosa, dizer que a culpa era do governo da geringonça, também era algum descaramento, porque, de facto, não era o governo que dirigia a autarquia. Quem tinha que procurar as soluções, e se não as conseguia sozinho, devia fazê-lo com a ajuda de quem se disponibilizou para o efeito, e foi, ali, dito, pelo Sr. Deputado do PS, que todos os partidos, representados, naquela Assembleia, manifestaram apoio para que a Confiança fosse preservada e as forças vivas, as diversas associações culturais envolvidas no processo, sempre manifestaram essa disposição. Pessoalmente, não tinha conhecimento de qualquer iniciativa do Sr. Presidente da Câmara, que tivesse descido um degrau ao encontro das outras

forças políticas e da Plataforma Confiança, para tentar dar um passo no sentido de obter os apoios necessários à preservação da fábrica. Essa era a questão e isso era o que se discutia, ali, porque quanto ao resto, era tudo falso, não havia residência nenhuma para estudantes, já foi, ali, mais do que explicado, porque era que aquilo não era uma residência para estudantes, quando muito, poderia ser uma residencial, com apartamentos e isso tinha um nome na linguagem turística, que não dominava. Mas pensava que os estudantes de Braga não precisavam de apartamentos turísticos, para residir, nem tinham meios para isso. Era preciso, de facto, residências de estudantes e também isso poderia ser discutido e ir ali a Autarquia dizer àquela Assembleia quais as formas que tinha e as ajudas que podia dar no sentido de se encontrar essa solução. Aquilo que foi dito, ali, de recuperar o imobiliário abandonado na cidade, poderia ser uma forma. Ou seja, aí sim, estariam no mercado aberto, haver casas disponíveis, para os estudantes, que pudessem ser arrendadas por preços módico, mas nada disso se fez. Reafirmou só que, da sua parte, manifestavam toda a disponibilidade, para usar os votos que lhes foram dados pelos munícipes de Braga, para os levarem onde fosse necessário, para preservar a Fábrica Confiança e sobre isso não houvesse qualquer dúvida. Registou-se, novamente, a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dizer que depois da intervenção do Sr. Deputado Joaquim Barbosa, e como foi uma intervenção de um Deputado da maioria e essa maioria parecia ter uma disponibilidade maior, para ouvir a maioria, fizesse mesmo sentido preservarem a Confiança, porque foi uma intervenção de uma criatividade tal, que já o estava a ver um bom gestor, para o futuro da Confiança sobre gestão municipal. Achava ser, absolutamente inaceitável, que tivessem que brincar com aqueles assuntos, porque parecia que estavam a brincar com isso. Teria o maior respeito pela

Câmara Municipal, se ela, ali, assumisse, o que estava a querer fazer, porque ninguém merecia, num projeto e num processo, que uniu toda a gente e que teve aquela resposta e continuava a ter em vários fóruns na democracia organizada, nas redes sociais, nas expressões mais informais de manifestação pela preservação daquele edifício no espaço público e da sua importância, para uma cidade, achava que, ali, ainda não foi dito que queria ser Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete. Como podia uma Câmara Municipal desperdiçar um edifício como o da Confiança, quando queria ser Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete? Como se enquadrava em termos de pensamento estratégico, em termos de pensamento lógico, que um edifício daquela natureza, único no contexto da cidade e do concelho, pudesse ser desbaratado, desvalorizado, desconsiderado, no contexto que se apresentava. Mas, mais grave, e era sobre isso que queria falar, era porem a nu, como a Deputada Bárbara Barros, ali, disse, cada um iria ser chamado a decidir, e podia decidir se iria seguir a sua orientação partidária, ou se iria decidir, porque era esse o seu primeiro mandato, defender a cidade e os seus superiores interesses. E no âmago de cada um, era essa a resposta que cada um tinha que encontrar. Se decidia defender a cidade ou se decidia defender as suas afinidades político-partidárias. Infelizmente, e por ter já alguns anos naquela câmara, tinha poucas ilusões. Mas importava, e ainda que pudesse servir, apenas, para isso, desmascarar o embuste da suposta residência universitária que, quando muito, poderia ser uma coisa diferente, que era uma residência para universitários, que era muito diferente de uma residência universitária que, como disse, ali, há pouco, que tinha regras muito próprias, muito específicas, perfeitamente parametrizadas, perfeitamente consolidadas, auditadas, aquilo que nada acontecia naquele caso. Mas queria deixar, ali, um conjunto de perguntas, que a documentação anexa e

que dava forma àquele ponto da ordem de trabalhos não explicava. O primeiro, como iria proceder a Câmara Municipal, numa eventualidade, que diziam os estudos, tinha grande índice de probabilidade de se encontrarem vestígios arqueológicos relevantes, quando começassem os trabalhos na fábrica, até porque era o ponto da primeira milha urbana contada desde o edifício da catedral da Sé de Braga? Perguntar, também, como iria a Câmara Municipal acomodar, até porque estavam a falar e trezentos estúdios, ao contrário do que disse, ali, o Deputado Joaquim Barbosa, não eram os estúdios que iriam resolver o problema dos estudantes, que tinham dificuldades em arrendar uma casa para estudar. Havia uma residência muito parecida, para universitários, no Porto e os preços eram de cento e sessenta euros, por semana e, portanto, se andasse nos cento e vinte ou cento e vinte e cinco, estariam a falar de mais de quinhentos euros por mês, para um pequeno quarto. E se achavam que essa habitação e esse custo de habitação, para um estudante universitário, para um estudante deslocado, que tinha já um conjunto de custos associados ao ato de estudar, numa cidade que não a sua, eram aceitáveis, estavam, também, esclarecidos. Mas, para a maioria, pareciam ser aceitáveis, mas era, também isso, que os separava daquela maioria. Para o PS eram inaceitáveis, não eram decentes, inibiriam a utilização daquele espaço e não responderiam de todo ao problema de enorme gravidade, que era o acesso à habitação no contexto do ensino superior. E, depois, perguntar, também, já há pouco o disse, como se preservaria a imagem, o enquadramento industrial, de uma fábrica centenária, quando a poucos metros, estando ela já emparedada por um prédio em frente, ainda que mais ou menos à mesma altura da fachada do edifício antigo, veria nascer atrás um prédio com sete andares, cerca de vinte e um metros, tendo a fachada cerca de sete, portanto, três vezes a altura da fachada do edifício antigo. Mas, perguntar, também, como seria garantido, se poderia ser

garantido e estava certo que não o poderia ser, sendo aquela pergunta um pouco retórica, porque, como disse, apesar do caderno de encargos referir, designadamente, que o PIP era para uma residência universitária, mas, ali, era o brincar com as palavras, era a mentira camuflada, que seria, quando muito, uma residência para universitários, alojamentos para universitários, mas não uma residência universitária. Mas, então, perguntar, como nas residências universitárias, se estaria garantido, apenas, o uso exclusivo da modalidade do arrendamento, se não poderia haver vendas? Se a alienação estaria proibida? Se o fim único seria o alojamento para estudantes? Se a Câmara estava disponível, porque manifestou, pela voz do Sr. Deputado Municipal, a preocupação de que essa valência vinha dar uma resposta relativamente ao custo do alojamento dos estudantes que queriam estudar? Se a Câmara estava disponível, também não estava no caderno de encargos, para criar com o privado e em diálogo com o Ministério da Educação e com a Universidade do Minho, algum contexto de participação, para que os estudantes pudessem aceder àquele espaço e todos pudessem e não ficassem de fora em função da sua condição económica, como ficaria a grande maioria dos estudantes que estudavam na Universidade do Minho e no contexto das universidades públicas portuguesas? Perguntar até que ponto aquele projeto garantia, como garantiam, de facto, as residências universitárias que eram residências universitárias, a correta utilização dos espaços comuns, um conjunto de regras que valorizavam o contexto de vivência comunitária no contexto de uma universidade? Dirigindo-se ao Sr. Deputado Bento Silva, do PSD, dizer que o PS tinha uma visão muito diferente, porque quando alguém, ali, ia dizer que as rendas projetadas de seiscentos euros por mês, era uma boa solução para estudantes, pedia desculpa, mas era nesse país que o mesmo Deputado queria viver? Isso estava publicado. A Associação

Acadêmica da Universidade do Minho disse que não seriam setecentos, provavelmente seiscentos e se conviviam bem com isso, o PS não convivia, não era decente e não era a sociedade que queriam e muito menos queriam um poder municipal que chancelasse esse caminho. Mas era o caminho que queriam chancelar, estavam no seu direito. Os Bracarenses teriam, também, em breve, o poder de julgar a sua soberba de se imporem à vontade coletiva, que estava muito bem expressa no sentir e no pulsar da cidade sobre aquela matéria. Como iria a Câmara Municipal acomodar, numa zona já de alta densidade de trânsito, com amplos problemas, o espaço para trezentos estúdios e o Sr. Presidente da Câmara queixava-se muito do aumento de automóveis, sendo que os estudantes que poderiam pagar seiscentos euros por um quarto, poderiam, certamente, ter o seu automóvel particular, como iria acomodar nessa zona já densamente povoada, já com ampla pressão urbanística, já com problemas de trânsito da maior gravidade, acomodar mais trezentos automóveis nos parques subterrâneos e acomodar todo esse aumento de densidade de tráfego numa cidade que já apresentava dos mais altos níveis de poluição atmosférica. Não deveria, também, o PIP, num projeto daquela natureza e do projeto que enquadrava, até por se tratar duma suposta residência universitária, a relação da cidade com a universidade, acomodar os projetos da solução da ligação da rua Dom Pedro Quinto à rua Nova de Santa Cruz? Também nada disso era dito. Achava que ficava muito claro aquilo que, ali, hoje, estavam a escolher. Estavam a escolher uma complacência, uma simpatia a um privado. Porque comprar em dois mil e vinte, olhando a um imobiliário que cresceu cinquenta, sessenta, setenta às vezes cem por cento, ao preço que se comprou em dois mil e doze era, sem dúvida, um excelente negócio para o privado, sem dúvida um excelente negócio para o privado. Terminava, dizendo que era mau. Caía mal. E tudo isso foi denunciado,

como disse a Deputada Bárbara Barros, quando nunca na história da Câmara de Braga se viu a Câmara de Braga pedir um PIP a si mesma, uma espécie daquilo que se chamava em direito, um negócio consigo mesma, abrindo caminho para aquele negócio do privado. Era a primeira vez, que a Câmara Municipal de Braga pedia um PIP a si própria, para abrir caminho a um privado, que não garantia o interesse público. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, para dizer ao Deputado que o antecedeu, relativamente às suas qualidades de gestor que apregoou, com toda a simpatia e estima, que tinha uma capacidade enorme de ator e de astrólogo e estaria bem vocacionado para alguma atividade cultural ou para alguma plataforma cultural e seria, com certeza, o momento preponderante dessa plataforma, porque já falava dos valores dos quartos. Quem lhe garantia que eram os valores dos quartos? E dizia-lhe outra coisa, achava que era com mais oferta de quartos, com mais trezentos quartos, que o preço iria subir? Se alguma consequência houvesse daquele projeto, era que o preço dos quartos iria baixar. Mais nada do que isso. Só uma visão estadista da sociedade, típica dos marxismos e neo-marxismos do século vinte e um, copiados do século vinte, poderia de alguma maneira dizer isso. Em qualquer escola de economia se estudava que aumentando a oferta, os preços baixavam. Por outro lado, aconselhava que se preparasse um bocadinho melhor, embora conhecesse as suas qualidades e as suas capacidades óbvias, mas que se preparasse um bocadinho melhor para aquilo, porque fez, ali, uma pergunta, que estava completamente respondida no PIP, sobre a questão dos vestígios arqueológicos. A obra pararia, se fosse preciso. Se fosse preciso, o próprio PIP, que foi aprovado pelo Ministério da Cultura, previa a paragem das obras, inclusivamente, a mudança do projeto se fosse necessário. Estava, ali, escrito e foi aprovado pelo Ministério da Cultura,

*pelo Conselho Nacional de Cultura, o órgão máximo em Portugal de análise sobre política Cultural. Não sabia o que queriam mais. Sobre a questão da hasta pública, havia outra questão. Era evidente que não se podia limitar qual o preço, o privado iria pagar o preço que a hasta pública determinasse, como era evidente. Interveio, depois, a **Sr.^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que iria aproveitar, uma vez que o Sr. Deputado Joaquim Barbosa teve tempo para intervir uma segunda vez e já estava mais calmo, embora na sua intervenção continuasse alguma confusão, confessava não a ter entendido toda, por ter sido ligeiramente incoerente, mas era, provavelmente, a escola do PSD. Mas a verdade era que tinha que recordar o Sr. Deputado e, até, alertar o Sr. Presidente Ricardo Rio, que existia, ainda, neste momento, uma planificação para ser feita para o uso dos fundos sobrantes do quadro comunitário vinte vinte. Portanto, a Câmara se não tivesse tanta pressa em vender, agora, a Confiança já, em fevereiro a hasta pública marcada, uma sessão extraordinária marcada à pressa para a hasta poder ser em fevereiro e vendê-la já, podia fazer uma candidatura e tomar a iniciativa de procurar financiamento, essa iniciativa que dizia já ter esgotado e que, pelos vistos, nem sequer começou a fazer. E, quanto a fundos comunitários lembrava, também, uma declaração, que era natural que Ricardo Rio não se lembrasse, infelizmente não estava no vídeo apresentado há pouco, mas, também, não estava nos documentos que o Deputado Joaquim Barbosa ali levou, nem no programa eleitoral, quando Mesquita Machado, depois da aquisição da Confiança, dizia que os fundos comunitários aproveitados foram para a compra e que teriam que aguardar por novos fundos, a abertura de um novo concurso, para a requalificação e reabilitação da Confiança, era o Vereador da oposição, Ricardo Rio, que respondia “Sr. Presidente há mais vida para além dos fundos comunitários”. Que curiosa afirmação! Julgava, até, que o Sr.*

Presidente não se referia ao Portugal vinte vinte, porque na altura era QREN, mas eram os mesmos fundos e julgava que ele não se referia àquela mudança de categorização. E terminava, dizendo que iria ter de concordar, estranhamente, com o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, porque ele foi ali, embora de uma forma como disse confusa e até inqualificável, mas a verdade foi que referiu algo essencial, o Deputado do PSD que foi, ali, representar o Grupo Municipal do PSD, admitiu que estando nas mãos de um privado, a Confiança corria mais riscos. E, portanto, o que queria o PSD fazer agora? Vender de novo a Confiança a um privado. “Mas foi interessante, Sr. Deputado Joaquim Barbosa, que eu quase consegui ouvir a Grândola por trás, quando disse isto”, concluiu a interveniente. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para, em primeiro lugar, agradecer à bancada do P.S., aquele modelo de intervenção tornava aquela Assembleia Municipal, seguramente, muito mais entretida, evocar as suas intervenções anteriores, era sempre um bom processo de aprendizagem, que esperava replicassem noutros contextos da gestão municipal. Dizer, também, que havia uma questão que tinha estado muito patente em muitas das intervenções e que era uma questão curiosa, que era a questão da representatividade. E sobre a representatividade, qualquer um dos eleitos presente naquela sala, fosse ele Deputado Municipal ou Vereador, tinha uma lógica de representatividade, foi eleito, foi votado pelos cidadãos e podia apresentar como contas dessa representatividade aqueles que nele votaram. E, curiosamente, quando a Coligação “Juntos por Braga” passou a incluir no seu programa eleitoral a possibilidade de alienação da Fábrica Confiança, passou a ter mais cinco mil votos do que na eleição anterior, onde essa possibilidade não constava. E num programa eleitoral, ou na eleição em que o programa eleitoral

dizia que a Coligação e que maioria que resultou dessa eleição, poderia vender a Fábrica Confiança, a Coligação “Juntos por Braga” teve quase cinquenta mil votos nessa mesma eleição, sendo isso era uma dimensão da representatividade. Mas, a verdade, era que também estava certo, era uma convicção pessoal, que alguns lhe perdoariam, que naquela sala não faltaria quem achasse que esses cinquenta mil votos não votaram por achar que iriam vender a Confiança, mas sim porque tinham ido à Malafaia ou a outra qualquer festa municipal. Era uma espécie de tique, quando os extremos se tocavam na política, era uma espécie de tique salazarista da esquerda de pensar que a sua opinião era mais valiosa do que a dos demais e de que, efetivamente, eles eram quem representavam os cidadãos, os outros eram todos estúpidos e não sabiam aquilo em que acreditavam, aquilo em que estavam convictos e, de facto, não era assim. Era para isso que a democracia funcionava. Neste caso não era preciso, porque a proposta já estava no programa eleitoral. A venda do estádio não estava, mas este estava e, portanto, estava sufragado em ato eleitoral. Mas isto não era apenas uma questão de representatividade era, como dizia muito bem, também, o Sr. Deputado Pedro Sousa, uma questão de coerência. E sobre a questão da coerência, a primeira coisa que tinha que lhe dizer, era que ela não apenas unidirecional. Não era apenas coerente quem no passado defendeu que se devia comprar e, agora, pretendia vender, por circunstâncias que já exporia. Era, também, porventura, incoerente, quem durante quase quinze anos recusou todas as iniciativas da sociedade civil, para salvaguardar aquele imóvel, quem conseguiu evitar a sua classificação, quem não conseguiu promover nenhuma iniciativa sequer, para seguir o conselho do então GESPAR, para avançar com a classificação municipal do imóvel e deixou que o imóvel chegasse ao estado de degradação em que ele já se encontrava, aquando do momento da aquisição. E essa incoerência não foi

protagonizada por nenhum ente abstrato. Foi protagonizado pelo Partido Socialista em Braga. E, portanto, obviamente, que convinha, também, terem memória daquilo que foi a história da conduta de cada um em relação a essa matéria. Mas, dizia o Sr. Deputado que havia naquele vídeo, alguma incoerência da sua parte, tentando jogar com as imagens e com as posições. As imagens eram públicas, a plataforma teve essa gentileza de as disponibilizar já em vários momentos daquele processo e, portanto, era algo que aconselhava, efetivamente, qualquer cidadão interessado sobre aquela matéria a ver, mas ver com olhos de ver sobre todas as dimensões que ali estavam refletidas. E a verdade era que nas intervenções que produziu, até no debate que ali foi recortado, convenientemente, naquele vídeo, que havia motivações claras, para aquisição da Fábrica Confiança e para a intervenção municipal nessa mesma Fábrica. Na altura, obviamente, não havia questões de discussão sobre a gestão financeira municipal, nem sequer era uma matéria que estava em cima da mesa, mas a verdade foi que quem trouxe a gestão financeira municipal para o debate da Confiança foi o anterior Presidente da Câmara, quando, como ali, muito bem, lembrou o Deputado Municipal Joaquim Barbosa, disse que só estava disponível para comprar a Fábrica Confiança, porque iria submeter a sua reabilitação a financiamentos comunitários. E dissesse-se, também, porque importava evocar a história tal como ele foi, que quando foi eleito em dois mil e treze, quando tomou posse, não tinha sido até essa data, desde o processo de aquisição, desde o concurso de ideias, que teve múltiplos contributos de cidadãos, não tinha sido feita nenhuma candidatura por parte da Câmara Municipal a financiamentos comunitários e, pior do que isso, nem sequer havia nenhum projeto para a intervenção nessa Fábrica Confiança. A Fábrica, recordava, foi adquirida em dois mil e doze, foi, depois alvo de um concurso de ideias e tomou posse em outubro de dois mil e treze. Dava

muito tempo, seguramente, para quem tivesse vontade política para tomar essa iniciativa. E, sobre fundos comunitários, só uma nota particular, de facto o PEDU, ao nível da reabilitação urbana, permitia financiar a recuperação da Fábrica Confiança. Mas, permitir-lhe-iam que na ótica daquela maioria, desde a primeira hora, foi considerado muito mais prioritário reabilitar o Parque de Exposições, reabilitar o Mercado Municipal e se mais dinheiro houvesse, que nem para aqueles dois projetos chegou, até a própria Escola Francisco Sanches seria mais importante de ser reabilitada do que a própria Fábrica Confiança. E, portanto, eram prioridades, eram opções políticas e essas foram, naturalmente, legitimadas, também, pelos cidadãos. Mas dizia que em relação às motivações, houve várias e não foram, de facto, de natureza financeira. Houve uma componente de regeneração urbana, que se mantinha. O que pretendiam era, também, que toda aquela envolvente fosse valorizada e fossem criadas condições de melhoria de uma das zonas centrais da cidade. De interligação entre a Universidade e a zona envolvente à Fábrica Confiança, nomeadamente, a rua da Quinta da Armada, por se tratar de uma zona crucial, do ponto de vista do acesso ao campus universitário e não fazia sentido nenhum que quem chegasse à Universidade por aquela rua visse um espaço degradado e um espaço quase ao abandono, em vez de ter um espaço qualificado. Tinham o objetivo de reabilitar o edifício e, relativamente à reabilitação do edifício, os fins culturais nunca foram uma vontade exclusiva, foi uma possibilidade que se considerou, mas nunca foi uma vontade exclusiva, aliás, o próprio concurso de ideias traduzia, ele próprio, essa heterogeneidade de propósitos, essa variedade de usos, que os próprios cidadãos entenderam que poderiam ser ali aplicados. Permissem-lhe, ali, duas referências, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, ali presente, participou nesse concurso de ideias e defendeu que ali fosse instalado o

planetário que, entretanto, foi desenvolvido num outro local. Não tinha nada a ver com um equipamento cultural. Seria um outro uso legítimo para aquele espaço e ninguém colocou nenhuma dúvida sobre essa matéria. Em dois mil e catorze, já sob a governação deste Executivo, a Câmara Municipal tornou pública a vontade de ceder o edifício da Fábrica Confiança à Associação Académica da Universidade do Minho, para ali instalar a sua sede social. Não havia nenhum uso exclusivo de carácter cultural. Mas, curiosamente, na altura, isso foi público, discutido, badalado, não houve ninguém que levantasse qualquer objeção a essa mesma cedência, nem partidos políticos, nem cidadãos, nem instituições culturais, ninguém, e, portanto, não estava, seguramente, salvaguardado o propósito de utilizar aquele espaço como equipamento cultural. E muitos outros exemplos poderia dar ali. E, portanto, também, mais uma vez, naquele objetivo, o que estava em causa não era o uso, era a vontade de garantir que o edifício fosse reabilitado e colocado ao serviço da comunidade, para um qualquer fim. E havia, também, uma dimensão que sempre lhe pareceu importante, que ali foi evocada e que, hoje, se mantinha, a da salvaguarda patrimonial, daquilo que ainda hoje era possível salvar da Fábrica Confiança, quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista imaterial. E, aquilo que entenderam, desde a primeira hora, era que essa salvaguarda desse património não dependia de todo de ser feita uma intervenção de cariz público, ou de ser feita uma intervenção de cariz privado. Qualquer regra que se aplicasse à utilização, à transformação daquele espaço, aplicava-se exatamente da mesma forma, quer o promotor fosse o Estado, quer o promotor fosse um particular, tal como o Sr. Deputado, em relação aos trabalhos arqueológicos, qualquer projeto em fase de licenciamento, tinha que se sujeitar aos respetivos estudos e fosse no centro da cidade, na Fábrica Confiança ou em qualquer local, sujeitar-se àquilo que esses estudos, feitos por entidades,

naturalmente, acreditadas, pudessem determinar. E aquilo que entediam era que essa intervenção, esse projeto, garantia a salvaguarda daquilo que era, hoje, o património classificado, ou não, da Fábrica Confiança. E não estavam sozinhos nessa opinião. E tanto não estavam sozinhos nessa opinião, que a mesma entidade que abriu um processo de classificação da Fábrica Confiança, era exatamente a mesma entidade, que lendo o único PIP, não havia dois PIP's, para a Fábrica Confiança, só havia um PIP e tinha regras e condições muito claras, que foram apreciadas, quer pelos técnicos da Direção Regional da Cultura, quer pela Comissão Autónoma do Conselho Nacional da Cultura. E essa entidade era a mesma que no seu parecer dizia precisamente que a intervenção na Fábrica Confiança era urgente e tinha condições e condicionantes que lhes pareciam perfeitamente adequados, em termos de morfologia, em termos de volumetria e falava expressamente da dimensão do edifício que iria ser construído no logradouro, daquilo que eram os usos que se pretendia edificar naquele local. E mais, apelava, no final, à intervenção célere, rápida, nesse mesmo sentido, para que assim se conseguisse salvaguardar a Fábrica Confiança. “Meus caros Senhores e Senhoras, não é preciso salvar aquilo que este projeto salva e que, efetivamente, também, a Comissão Nacional de Cultura considera estar compatível com os seus próprios objetivos”. Havia, também, uma dimensão de fins estratégicos. Já, ali, se falou, o objetivo daquela intervenção iria ser disponibilizar uma residência universitária. As residências universitárias, Sr. Deputado, não eram apenas públicas. Havia residências para universitários que eram públicas e de natureza privada. E aquela era uma residência que seria promovida por privados, como várias outras por todo o país e outras, até, na cidade de Braga, mas que vinha a correr a uma necessidade que todos consideravam prementes. Aliás, o próprio Reitor da Universidade do Minho, viu

com muito bons olhos aquela solução, não como a solução, porque não havia solução, no seu sentido integral, mas como uma ajuda para um problema que, efetivamente, hoje, existia e que, infelizmente, não contava, permitissem que lhes dissesse, com um verdadeiro apoio da parte do Governo, que era a entidade responsável por promover essas mesmas soluções. Aliás, foi notado que os dois projetos que foram elencados pelo Governo, não em funções, mas pelo Governo que cessou funções com a legislatura, para criar residências universitárias públicas na cidade de Braga, a Escola Dom Luís de Castro e o DRM, já foram abandonados. E não deixava, até, de ser curioso que, naquela mesma sala, o Ministro da Educação tivesse apontado como solução para o problema da falta de residências universitárias, aquela Pousada da Juventude. Era algo, minimamente, curioso. Dizer, também, que, finalmente, em duas notas finais, relativamente àquela questão da representatividade e da coerência. Uma de claríssimo repúdio. Achava, voltando ao início da sua intervenção, duma pretensa superioridade moral vergonhosa, as declarações que foram produzidas, por alguns responsáveis políticos, em relação aos Presidentes de Junta. Qualquer dos Presidentes de Junta do PS, da CDU, Independentes, do PSD ou do CDS que, ali, estavam presentes, votavam na consciência daquilo que era a sua opinião para o concelho. Nenhum deles estava sujeito à tirania da maioria. Todos eles votavam de acordo com aquilo que entendem, não porque fossem ameaçados ou posta em causa a sua coragem política. E tanto assim era, que num exercício de coerência duma instituição que sempre esteve, desde a primeira hora, com o Presidente Firmino Marques até ao atual Presidente Ricardo Silva na defesa do património da Confiança, a Junta de Freguesia de São Victor iria, ali, por deliberação do seu Executivo, votar a favor daquela proposta, porque considerava que os fins que sempre entendeu defender estavam salvaguardados com aquela proposta. “Isso é

que é coerência”, concluiu. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que a verdade era como o azeite. Toda a gente, ali, tinha percebido tudo e por mais que o Sr. Presidente de esfalfasse, não conseguia justificar o injustificável. Ia, ali, apresentar um requerimento à Mesa: “atendendo as últimas declarações do Sr. Presidente da Câmara, que a votação, nos termos do artigo quadragésimo quinto do Regimento, fosse feita de forma nominal, por levantados e sentados”. O **SR. PRESIDENTE DA MESA** informou que foi aceite o Requerimento. Interveio o **Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para fazer um ponto de ordem à Mesa, porque houve um Deputado que requereu que a votação fosse nominal e se lessem o Regimento, só havia duas possibilidades, ou era nominal ou por voto secreto. Se estavam a votar pessoas, era nominal. O Regimento não previa outra forma. Portanto, não valia a pena perderem tempo ao votar o Requerimento do Sr. Deputado. O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** usou da palavra para referir que a solicitação que foi dirigida pelo Bloco de Esquerda e que se referia ao artigo quadragésimo quinto, que dizia as formas de votação, dizia no seu ponto um “as votações realizam-se por uma das seguintes formas: por escrutínio secreto ou por votação nominal. A votação nominal é feita preferencialmente por levantados e sentados”. O que acontecia era que o que tinham feito, quem votava contra ou a favor, não havia levantados e sentados. Levantavam-se e sentavam-se conforme o Sr. Deputado queria. Não havia problema nenhum. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e dois votos a favor; com vinte e cinco votos contra e com quatro abstenções. PONTO NÚMERO CINCO – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA**. Submete-se à apreciação e

votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de dezoito e de trinta de dezembro do ano transato, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesias de Padim da Graça, para a execução da obra denominada “Construção de casa de banho no edifício da piscina, para apoio à zona de lazer - Quintalejo”, no montante de vinte e seis mil quatrocentos e noventa e seis euros e quarenta cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua praceta das Minas – correção de valores”, no montante de mil oitocentos e trinta e seis euros e quinze cêntimos (com IVA incluído à taxa de seis por cento); Três - Junta de Freguesia de Esporões, para a execução da obra denominada “muro de suporte na rua Nossa Senhora de Fátima”, no montante de quarenta e um mil noventa e seis euros e vinte cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Gualtar, para a execução da obra denominada “Águas pluviais na rua Professor Manuel Barroso”, no montante de oito mil setecentos e treze euros e vinte cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Passeio para zona de paragem de autocarro – Avenida da Liberdade - Arentim”, no montante de doze mil duzentos e setenta euros e vinte e seis cêntimos; Seis - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, para a execução da obra denominada “Requalificação na travessa da Senhora da Guia – Parada de Tibães”, no montante de vinte e nove mil centos e cinquenta euros. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas por unanimidade.** **PONTO NÚMERO SEIS – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à

apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de dezoito e de trinta de dezembro do ano transato, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar “Pequenos ajustes e melhorias executadas durante a empreitada da horta comunitária de Gualtar”, no valor de cinco mil trezentos e cinquenta e quatro euros e vinte e sete cêntimos; Dois - União de Freguesia de Lomar e São Paio de Arcos, destinado a apoiar a “Execução do projeto do parque de lazer da Mouta”, no valor de dez mil setecentos e oitenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar a “Ampliação do cemitério de Adaúfe”, no valor de duzentos e onze mil seiscentos e vinte e nove euros; Quatro - Junta de Freguesia de Tadim, destinado a apoiar a “Colocação de iluminação no cemitério de Tadim”, no valor de quatro mil cento e cinquenta euros e trinta e cinco cêntimos; Cinco - União de Freguesias da Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar os “custos das obras de beneficiação da rua do Paço – Morreira”, no valor de oito mil quinhentos e cinquenta quatro euros e vinte cêntimos; Seis - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar o “Projeto, limpeza de terreno, caixilharia, vidros e iluminação de exterior no largo do Cruzeiro – Frossos”, no valor de dezanove mil oitocentos e quarenta e um euros e sessenta e nove cêntimos; Sete - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (São Vicente e Santo Estevão), destinado a apoiar a obra de “Ampliação e beneficiação no cemitério – Escudeiros”, no valor de cento e trinta e seis mil novecentos e cinquenta e um euros e noventa cêntimos; Oito - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a obra

*“Trabalhos complementares à empreitada de construção da capela mortuária de Pousada”, no valor de noventa e quatro mil cento e noventa e três euros e sessenta e seis cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas aprovadas por unanimidade. **PONTO NÚMERO SETE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO OITO – RELATÓRIO E CONTAS DAS FESTAS DE SÃO JOÃO DE BRAGA – DOIS MIL E DEZOITO (PARA CONHECIMENTO).** Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresenta-se o relatório e contas das Festas de São João de Braga, referentes ao ano de dois mil e dezoito, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, três, quatro, cinco e seis de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às vinte e três horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e quatro de janeiro de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*